



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

CONTRATO Nº 15/2018 DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
TIRAGEM DE CÓPIAS E
DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO – FUNDAÇÃO
CECIERJ E A PESSOA JURÍDICA CITY
CONNECT SOLUÇÕES EM
TECNOLOGIA LTDA.

A FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, estabelecida nesta cidade, na Praça Cristiano Ottoni, s/n – 6.º andar – sala 614 - Centro/RJ (CEP: 20221-250), inscrita no CNPJ sob o nº 35854884/0001-26, doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Diretor de Administração e Finanças, Sr. Emerson Couto de Aguiar, brasileiro, casado, domiciliado nesta cidade, Carteira de Identidade nº 22730-7, expedida pelo CORECON/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 025.585.687-36, e a Pessoa Jurídica City Connect Soluções em Tecnologia LTDA, situada na Rua 41 C – loja 409 – Vila Santa Cecília – Volta Redonda, nesta cidade, CEP: 27.255-430, inscrita no CNPJ sob o nº 11.452.317/0001-85, Inscrição Estadual nº 78.950.471, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada, legalmente, neste ato pela sócia e empresária a Sra. Alice Massensini de Freitas, brasileira, solteira, domiciliado nesta cidade, Carteira de Identidade nº 16409157, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 097.876.036-09, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato de prestação de serviço de tiragem de cópias e digitalização de processos, com fundamento no processo administrativo nº E-26/004/1051/2017, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980 e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviço de tiragem de cópias e digitalização de processos, para atender às necessidades da Fundação CECIERJ, na forma especificada no Termo de Referência e na Proposta Detalhe nº 15/2018, de que trata o Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2018, da qual a CONTRATADA sagrou-se vencedora.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto será executado segundo o regime de empreitada por preço global por execução indireta.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 14/11/2018, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das obrigações previstas no Termo de Referência, anexo a este instrumento, a **CONTRATANTE** deverá, ainda:

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das obrigações previstas no Termo de Referência, anexo a este instrumento, a **CONTRATADA** deverá, ainda:

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e as suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato,



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;

i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;

l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.

o) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

p) na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção;

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

q) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3390.39

Fonte de Recurso: 100

PROGRAMA DE TRABALHO: 4046.12.364.0371.2828

Nota de Empenho: 2018NE01167.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato valor total de R\$ 89.676,24 (oitenta e nove mil seiscentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma de execução do contrato especificado pelo Termo de Referência (Anexo I) e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo Ordenador de Despesas, conforme ato de nomeação.


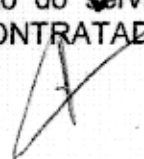
PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

PARÁGRAFO SEXTO: Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução, por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) estão sendo pagas as verbas salariais de seus empregados, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) estar em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação de seus empregados;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA será obrigada a representar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

PARÁGRAFO QUARTO: A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO: Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de **R\$ 89.676,24 (oitenta e nove mil seiscientos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos)**, mensalmente com base nos serviços atestados pelo fiscal, no valor de R\$ 7.473,02 (sete mil quatrocentos e setenta e três reais e dois centavos), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº 40268-0, agência 2089, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência do Banco BRADESCO ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa do Banco BRADESCO, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, §3º da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a Fundação CECIERJ (Divisão de Serviços Gerais), sito à Praça Cristiano Ottoni, s/n - 6.º andar - sala 614 - Centro/RJ (CEP: 20221-250), acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO: Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra; se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO: A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da data de assinatura deste instrumento, comprovante de prestação da garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o valor do contrato, seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO: Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO: O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à CONTRATADA e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da CONTRATADA multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

NOTA EXPLICATIVA: As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

a – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

b – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

c – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

d – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

e – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada (s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO: Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida no parágrafo segundo da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo quinto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Se o valor das multas previstas na alínea b, do caput, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer

Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda as exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do art. 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tornada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da CONTRATADA, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

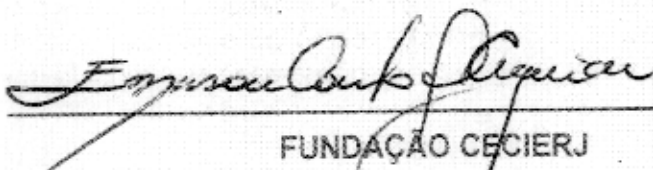
PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

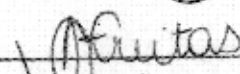
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018.


FUNDACÃO CECIERJ

EMERSON COUTO DE AGUIAR


CITY CONNECT SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA - EPP
ALICE MASSENSINI DE FREITAS

TESTEMUNHAS:

1) Nome:	_____	2) Nome:	_____
Ass.:	_____	Ass.:	_____
Identidade:	_____	Identidade:	_____
C.P.F.	_____	C.P.F.	_____



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Os objetivos deste Termo de Referência estão relacionados a busca de qualidade e excelência na contratação de empresa prestadora do serviço de tiragem de cópias e digitalização de processos nos prazos estabelecidos pela Fundação CECIERJ, com a qualidade e sigilo que a demanda exige, previstos no presente Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação se faz imprescindível, para atender a produção de provas para os cursos de graduação dos cursos ofertados através do Consórcio CEDERJ e outros correlatos ao ensino a distância da Fundação CECIERJ; bem como à digitalização de processos dessa mesma Fundação. Saliente-se que a Fundação CECIERJ não dispõe de pessoal qualificado para execução dos serviços ora demandados e que são imprescindíveis para a consecução dos objetos institucionais essas tarefas. Frize-se, ainda, que os serviços ora demandados necessitam ser executados nos prazos e condições de qualidade previstas no presente Termo de Referência.

2.1- Da memória de cálculo para demonstrativo das quantidades estimadas

2.1 – Cópia de provas - No primeiro semestre de 2018 existiam 36.794 alunos inscritos em disciplinas que fazem 6 provas por ano por disciplina; em média estão inscritos em 5 disciplinas e as provas de cada disciplina tem, também em média, 4 folhas, isso dá um total de 4.436.640 cópias, arredondando 4.500.000 anuais.

2.2 – Digitalização de processos – A Fundação CECIERJ produz, aproximadamente, 2.500 processos por ano e tem um passivo de 33.000 processos para serem digitalizados. Esses processos possuem número de páginas bem variado, porém para efeito de dimensionamento, foi estimada uma média de 50 folhas por processo.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço de cópias de provas e digitalização de documentos será prestado utilizando-se 5 (cinco) copiadoras existentes na Fundação CECIERJ, sendo duas próprias modelo RICOH PRO 1107 e três locadas modelo XEROX D95A, todas instaladas numa mesma sala.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1- O serviço de cópias de provas deverá ser executado nos meses de março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro, novembro e parte de dezembro e tem prioridade sobre o serviço de digitalização, no entanto, nesses períodos, haverá momentos onde será possível a digitalização de processos usando-se



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

cronogramas a serem estabelecidos pelo gestor do contrato. Nos meses de janeiro, fevereiro, julho e segunda quinzena de dezembro serão utilizados para a digitalização de processos.

4.2- Os serviços deverão ser prestados por pessoas com Ensino Médio completo e que mantenham sigilo rigoroso dos documentos manuseados.

5. HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

5.1 A execução do serviço deverá ser realizada de segunda à sexta de 8:30 às 17:30 horas, podendo o horário ser estendido com prévio acordo, excepcionalmente, a partir da 17:30 horas, após comunicação e autorização do Gestor do Contrato.

5.2 Os serviços serão executados dentro das Normas Técnicas da ABNT, recomendações do Fabricante e instruções do Gestor do Contrato.

6. PRAZO

6.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato deste instrumento no DOERJ, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência.

6.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da lei nº 8.666/93, por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda o prazo de 60 (sessenta) meses, com fundamento no inciso II do Art. 57 do mesmo diploma legal e que a proposta da CONTRATADA seja comprovadamente mais vantajosa para a CONTRATANTE.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Conduzir a execução do serviço com estrita observância ao EDITAL e seus ANEXOS e da Legislação vigente;
- b) Iniciar e concluir a execução do serviço nos prazos estipulados no Contrato e neste Termo de Referência;
- c) Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação, conforme art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) Responder pelos serviços prestados, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- e) Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução do serviço;
- f) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
FUNDAÇÃO CECIERJ

- h) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
- i) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- j) A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da contratante, ou de terceiros, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao ressarcimento;
- k) Mobilizar para a realização dos serviços, o número suficiente de pessoal especializado;
- l) Assegurar que a execução dos serviços se faça de maneira segura em relação ao empregados, aos usuários das dependências da Sede e a terceiros, tomando as precauções necessárias;
- m) Observar as condições mínimas de segurança exigidas pelas normas aplicáveis aos serviços prestados;
- n) A empresa ficará obrigada a anexar à fatura mensal, um Relatório Mensal de suas atividades, contendo:
 - Serviços executados: descrição dos serviços executados.
 - Serviços a executar: programação dos serviços para o mês seguinte
 - Descrição de eventos anormais acontecidos durante o mês.
- o) Compete à CONTRATADA responder por todos os ônus, encargos e obrigações, comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, venha a causar a terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si, seus empregados, prepostos e seus sucessores.
- p) A CONTRATADA deverá comprovar mensalmente para a CONTRATANTE, a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), como também o recolhimento das contribuições sociais pertinentes aos empregados alocados ao serviço.
- q) A CONTRATADA se obriga a fornecer ao Órgão Fiscalizador do Contrato, e manter atualizado, Cadastro completo dos empregados (nome, RG, CPF, endereço, telefone de contato e outras informações julgadas necessárias), os Atestados de Saúde Ocupacional dos profissionais, comprovantes atualizados de fornecimento do Vale - Transporte e Vale - Alimentação, assim como os comprovantes de quitação dos períodos de férias devidamente assinados pelos empregados;
- r) A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregado, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com a Fundação CECIERJ, sendo



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

- de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- s) CONTRATADA deverá recrutar, selecionar e encaminhar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após cada solicitação, os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a categorias e qualificação mínima exigidos neste Termo de Referência e com funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- t) A CONTRATADA obriga-se a repassar integralmente os valores pagos referentes a vales-transporte e vales-alimentação, mesmo que haja ausência de expediente nas unidades da CECIERJ, ou em feriados;
- u) A CECIERJ poderá solicitar a substituição de pessoal, por motivo de imperícia, incapacidade ou indisciplina, devendo a substituição ser efetivada imediatamente, sem prejuízo dos serviços;
- v) À CONTRATADA é vedado expressamente permitir cumprimento de aviso prévio de funcionário nas dependências das unidades da CECIERJ;
- w) No prazo de 5 (cinco) dias da assinatura do contrato, cada parte designará por escrito, para gerir e controlar sua execução, os representantes devidamente habilitados a quem caberá a adoção das providências necessárias ao bom andamento dos serviços em cada Unidade;
- x) Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a Fiscalização, antes da execução dos serviços em tela.

8. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DA VISITA TÉCNICA:

- FUNDAÇÃO CECIERJ
Praça Cristiano Ottoni, s/n - 6º andar, sala 658, Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Contato: Sr. Luis Antonio Marques Machado
Telefones: (21) 2334-9604/2333-7416.
Horários: de segunda a sexta-feira das 8:30h às 17:30h.

9. VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados/funcionários e/ou prepostos da CONTRATADA não terão qualquer, em hipótese alguma, vínculo empregatício com a Contratante, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial e obrigações sociais decorrentes da execução do contrato, a qual a CONTRATADA se obriga a saldar na época devida.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

10.2 No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado, Banco Bradesco, ou caso verificada pelo ÓRGÃO LICITANTE a impossibilidade de o licitante, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

10.3 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento.

10.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

10.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

10.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

10.6 A forma de pagamento será mensal, com base nos serviços atestados pelo fiscal do contrato; através de OB – Ordem Bancária, pela Superintendência Estadual do Tesouro, após liquidação da despesa e emissão da PD – Programa de Desembolso. Considera-se pagamento mensal aquele realizado no prazo informado no item 10.3.

10.7 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, assim considerado pela Administração, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

11.1.1 Advertência;

11.1.2 Multas de:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

a. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c. 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d. Além dessas, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas a seguir, limitadas a 30% do valor mensal do contrato:

11.1.3. Percentual de multas de acordo com infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
2	0,4% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
3	0,8% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
4	1,0% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
5	1,5% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO
6	3% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Suspender ou interromper, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	6	Por dia
2	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços	4	Por ocorrência
3	Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização previstos em contrato;	4	Por serviço, e por dia
Para os Itens a seguir deixar de:			
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador;	2	Por ocorrência
5	Cumprir os itens do contrato e seus anexos não	2	Por item e por



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

	previstos nesta tabela de multas;		ocorrência
6	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização;	3	Por item e por ocorrência
7	Apresentar garantia contratual;	5	Por dia
8	Executar os serviços em níveis abaixo do estabelecido.	6	Por ocorrência

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2018.

Setor requisitante: Diretoria de Polos

Responsável: Maria Luisa Marchiori ID: 616569-9

Acordo de Nível de Serviços (ANS).

QUADRO 1

Nº DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
01	Execução dos serviços no prazo determinado.
02	Realização dos Serviços conforme constante no termo de referência e nas cláusulas contratuais.
03	Frequência, Pontualidade e Horas extras dos prestadores de serviço

QUADRO 2

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS INDICADORES

INDICADOR 01 – Execução dos serviços no prazo determinado	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir pontualidade na prestação do serviço.
Meta a cumprir	Impedir atrasos relativos ao serviço.
Instrumento de medição	Formulário de acompanhamento de ANS – Anexo II
Forma de acompanhamento	Registros próprios.
Periodicidade	Mensalmente, somente quando houver ocorrências no período.
Mecanismo de Cálculo	2% do valor bruto da Nota Fiscal a cada dia de atraso. $V_d = 0,02 V_{nf} N_d$, onde V_d → valor do desconto; V_{nf} → valor da Nota Fiscal, N_d → número de dias em atraso. O atraso será de no máximo 5 dias, a partir do quinto dia ensejará Sanção Administrativa, conforme item 12.
Início de Vigência	Data da publicação do contrato
Observações	Haverá um formulário para ciência do contratado, quanto às aplicações



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

	das multas e descontos resultantes da aplicação do ANS. As notificações para aplicação de advertência ou rescisão contratual serão feitas mediante ofício, a fim de que a CONTRATADA apresente sua defesa no prazo determinado.
--	---

INDICADOR 02 – Realização dos Serviços conforme constante no Termo de Referência e Cláusulas Contratuais

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir qualidade na prestação do serviço à Fundação CECIERJ.
Meta a cumprir	Prestação de um serviço de qualidade
Instrumento de medição	Formulário de acompanhamento de ANS – Anexo II
Forma de acompanhamento	Registros de ocorrências.
Periodicidade	Mensalmente, somente quando houver ocorrências no período.
Mecanismo de Cálculo	2% do valor bruto da Nota Fiscal a cada registro de ocorrência $Vd=0,02Vnf*Ro$, onde Vd→valor do desconto; Vnf→valor da nota fiscal, Ro→Registro de ocorrência. A partir da quarto registro de ocorrência dessa natureza, ensejará Sanção Administrativa.
Início de Vigência	Data da publicação do contrato
Observações	Haverá um formulário para ciência do contratado, quanto às aplicações das multas e descontos resultantes da aplicação do ANS. As notificações para aplicação de advertência ou rescisão contratual serão feitas mediante ofício, a fim de que a CONTRATADA apresente sua defesa no prazo determinado.

INDICADOR 03 – Frequência, Pontualidade e Horas Extras dos Prestadores de Serviço

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a prestação do serviço à Fundação CECIERJ.
Meta a cumprir	Frequência e pontualidade dos prestadores de serviço. Quantificação de Horas Extras.
Instrumento de medição	Formulário de acompanhamento de ANS – Anexo II
Forma de acompanhamento	Registros de ocorrências.
Periodicidade	Mensalmente, somente quando houver ocorrências no período.
Mecanismo de Cálculo dos	2% do valor bruto da Nota Fiscal a cada registro de ocorrência



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

descontos	$Vd=0,02Vnf*Ro$, onde Vd→valor do desconto; Vnf→valor da nota fiscal, Ro→Registro de ocorrência. A partir do quarto registro de ocorrência dessa natureza, ensejará Sanção Administrativa.
Início de Vigência	Data da publicação do contrato
Observações	Haverá um formulário para ciência do contratado, quanto às aplicações das multas e descontos resultantes da aplicação do ANS. As notificações para aplicação de advertência ou rescisão contratual serão feitas mediante ofício, a fim de que a CONTRATADA apresente sua defesa no prazo determinado.

FORMULÁRIOS DE FISCALIZAÇÃO

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE ANS DE GESTÃO	
CONTRATADA:	
PREPOSTO:	
INDICADOR 1: Execução do serviço no prazo determinado.	
TOTAL DE DIAS EM ATRASO	
VALOR TOTAL DO DESCONTO	R\$
OBSERVAÇÕES:	
OBSERVAÇÕES DO PREPOSTO DA CONTRATADA	
Ciente,	
Rio de Janeiro, ____/____/201__	
Assinatura Legível do preposto	Assinatura Legível do Gestor do contrato

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE ANS DE GESTÃO

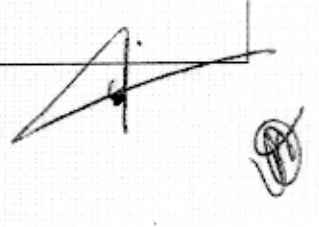




GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

CONTRATADA:	
PREPOSTO:	
INDICADOR 2: Realização dos Serviços conforme constante no Termo de Referência e nas Cláusulas Contratuais	
TOTAL DE REGISTROS DE OCORRÊNCIAS	
VALOR TOTAL DO DESCONTO	R\$
OBSERVAÇÕES:	
OBSERVAÇÕES DO PREPOSTO DA CONTRATADA	
Ciente,	
Rio de Janeiro, ____/____/201__	
Assinatura Legível do preposto	Assinatura Legível do Gestor do contrato

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE ANS DE GESTÃO	
CONTRATADA:	
PREPOSTO:	
INDICADOR 3: Frequência, Pontualidade e Horas Extras dos prestadores de serviços. (anexar a este a planilha nominal de todos os colaboradores explicitando frequência, horas extras, benefícios recebidos, registro de férias e licenças).	
TOTAL DE REGISTROS DE OCORRÊNCIAS DE FALTAS	
TOTAL DE REGISTROS DE OCORRÊNCIAS DE ATRASOS	





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CECIERJ

TOTAL DE REGISTROS DE OCORRÊNCIAS DE HORA EXTRA		
VALOR TOTAL DO DESCONTO		R\$
VALOR TOTAL DE HORAS EXTRAS		R\$
OBSERVAÇÕES		
OBSERVAÇÕES DO PREPOSTO DA CONTRATADA		
Ciente,		
Rio de Janeiro, ____/____/201__		
Assinatura Legível do preposto		Assinatura Legível do Gestor do contrato

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO, 01 (UMA) VAGA, DO INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES, DO DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA, ÁREA DE ECOLOGIA DE ECOSISTEMAS, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PROPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOS AUTOS DOS PROCESSOS NºS 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

A SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS, em nome do Estado do Rio de Janeiro, faz saber, CONVOCA e convoca a seguinte PATRÍCIA FLAUMINO PEREIRA, 2ª classificado a comparecer ao prazo de 02 (dois) dias, no dia da publicação deste Edital, à sala 1-15, Térreo, Bloco F, do Pavilhão João Lyra Filho, à fim de submeter a seguinte matéria: admissão à entrega de documentação. Proc. Nº 012001-9/2007 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143988

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

A SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS, nos termos da Constituição Federal, artigo 77, inciso IV e da Resolução nº 05/91 - UERJ, faz saber aos interessados que está com sua VALIDADE PRORROGADA, para prazo de 02 (dois) dias, o Concurso Público de Provas e Títulos, destinado a:

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Faculdade de Direito

Governador Dinoriz CNI

Categoria Adjetivo

Nº de Inscrição	Nome	A Data de Inscrição
-----------------	------	---------------------

012001-9/2007 e 012004-22/2014	Patricia Fláumino Pereira	19/11/2018
--------------------------------	---------------------------	------------

*O prazo do D.O. de 19/11/2018.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES, DO DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA, ÁREA DE ECOLOGIA DE ECOSISTEMAS, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PROPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOS AUTOS DOS PROCESSOS NºS 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9, faz saber aos interessados que está com sua VALIDADE PRORROGADA, para prazo de 02 (dois) dias, o Concurso Público de Provas e Títulos, destinado a:

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Faculdade de Direito

Governador Dinoriz CNI

Categoria Adjetivo

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4372218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para compra de material de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 4322218

A UERJ, torna pública que realizará no dia 20/11/2018, às 14h, a licitação para aquisição de materiais de uso doméstico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM BOTANICAL) em nome do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos processos Nºs 015648-9/2007 e 012001-9 e 012004-22/2014 e 012001-9.

Nº 2143979

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

A DIRETORA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da Portaria PRFATEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29 de abril de 2004, torna pública o nome da turma que realizará o CURSO DE ESTUDOS ACIONAIS EM PRÉ-ESCOLAR E CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO, em 2018.

NARCISUS RANAS BUCHINI

A DIRETORA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da Portaria PRFATEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29 de abril de 2004, torna pública o nome da turma que realizará o CURSO DE ESTUDOS ACIONAIS EM PRÉ-ESCOLAR E CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO, em 2018.

MODALIDADE: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ANO: 2013
MATHIUS FERREIRA ARAUJO

A DIRETORA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da Portaria PRFATEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29 de abril de 2004, torna pública o nome da turma que realizará o CURSO DE ESTUDOS ACIONAIS EM PRÉ-ESCOLAR E CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO, em 2018.

CURSO: INFORMÁTICA ANO: 2013

JORDI LUIS MARIANO ENES GOMES

CURSO: INFORMÁTICA ANO: 2014

GUSTAVO DE MELLO DA COSTA

LEITIA SILVA DE MOURA

CURSO: INFORMÁTICA ANO: 2016

NATALIA SOARES SALES

CURSO: ADMINISTRAÇÃO ANO: 2015

FRISCLA LIMA DE MENEZES

CURSO: ADMINISTRAÇÃO ANO: 2016

MARIA EDUARDA GONÇALVES BORRA

CURSO: SECRETARIA ESCOLAR ANO: 2015

LARISSA ACIOLI RIBEIRO

CURSO: SECRETARIA ESCOLAR ANO: 2016

MARIA LUZA PEREIRA COELHO

A DIRETORA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da Portaria PRFATEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29 de abril de 2004, torna pública o nome da turma que realizará o CURSO DE ESTUDOS ACIONAIS EM PRÉ-ESCOLAR E CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO, em 2018.

MODALIDADE: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ANO: 2016
JOÃO PEDRO DA SILVA PAULOS

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2012
KARINE RAMOS SOARES

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2013
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2015
CAMILA DE SOUZA DA SILVA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2016
DAVI PINHEIRO PAIXÃO DAS FLORES

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2017
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2018
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2019
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2020
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2021
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2022
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2023
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2024
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2025
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2026
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2027
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2028
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2029
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2030
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2031
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2032
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2033
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2034
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2035
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2036
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2037
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2038
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2039
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2040
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2041
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2042
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2043
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2044
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

CURSO: ENSINO MÉDIO ANO: 2045
LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA

avali e mudará.
DATA DE ASSINATURA: 09/11/2018.

PROCESSO Nº E-330029962015.

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 442/2016.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, através da Fundação para Inovação e Desenvolvimento e o Instituto de Desenvolvimento Humano Social e Cultural Geral da UERJ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e renovação dos desembolsos do Termo de Colaboração nº 442/2016, suscitado por meio da Portaria FIA nº 338, de 2016, com fundamento na Portaria FIA nº 418, de 01 de outubro de 2016, que tornou sem efeito a suspensão.

VIGÊNCIA: A vigência fica prorrogada automaticamente pelo período em que a prestação ficou suspensa por força do artigo 79, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, até o dia 30/11/2018 até 30/11/2020.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos decorrentes das despesas financeiras, originadas da programação orçamentária e financeira de FIA, durante toda a vigência da PRORROGAÇÃO totalizam a quantia de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), sendo de R\$ 174.380,00 (cento e setenta e quatro mil trezentos e oitenta reais) a mais real e oitenta e cinco centavos, para o ano de 2016, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o ano de 2017, uma vez que se encontrava suspensa, de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para o ano de 2018, de R\$ 304.320,00 (trezentos e quatro mil trezentos e vinte reais) e oitenta e cinco centavos para o ano de 2019, e de R\$ 156.920,00 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e vinte reais) e oitenta e cinco centavos para o ano de 2020.

PT: 00.191.0070.5570 MOD: 3250 PR: 103

FUNDAMENTO LEGAL: Regido pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e demais disposições de legislação aplicável à matéria.

DATA DE ASSINATURA: 09/11/2018.

PROCESSO Nº E-330029962015.

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 442/2016.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, através da Fundação para Inovação e Desenvolvimento e a Associação de Pais e Amigos dos Especializados da UERJ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e renovação dos desembolsos do Termo de Colaboração nº 442/2016, suscitado por meio da Portaria FIA nº 338, de 2016, com fundamento na Portaria FIA nº 418, de 01 de outubro de 2016, que tornou sem efeito a suspensão.

VIGÊNCIA: A vigência fica prorrogada automaticamente pelo período em que a prestação ficou suspensa por força do artigo 79, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, até o dia 30/11/2018 até 30/11/2020.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos decorrentes das despesas financeiras, originadas da programação orçamentária e financeira de FIA, durante toda a vigência da PRORROGAÇÃO totalizam a quantia de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), sendo de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais) para o ano de 2016, de R\$ 304.320,00 (trezentos e quatro mil trezentos e vinte reais) e oitenta e cinco centavos para o ano de 2017, uma vez que se encontrava suspensa, de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para o ano de 2018, de R\$ 304.320,00 (trezentos e quatro mil trezentos e vinte reais) e oitenta e cinco centavos para o ano de 2019, e de R\$ 156.920,00 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e vinte reais) e oitenta e cinco centavos para o ano de 2020.

PT: 00.191.0070.5570 MOD: 3250 PR: 103

FUNDAMENTO LEGAL: Regido pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e demais disposições de legislação aplicável à matéria.

DATA DE ASSINATURA: 12/11/2018.

PROCESSO Nº E-330029962015.

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 442/2016.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, através da Fundação para Inovação e Desenvolvimento e a Associação de Pais e Amigos dos Especializados da UERJ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e renovação dos desembolsos do Termo de Colaboração nº 442/2016, suscitado por meio da Portaria FIA nº 338, de 2016, com fundamento na Portaria FIA nº 418, de 01 de outubro de 2016, que tornou sem efeito a suspensão.

VIGÊNCIA: A vigência fica prorrogada automaticamente pelo período em que a prestação ficou suspensa por força do artigo 79, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, até o dia 30/11/2018 até 30/11/2020.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos decorrentes das despesas financeiras, originadas da programação orçamentária e financeira de FIA, durante toda a vigência da PRORROGAÇÃO totalizam a quantia de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), sendo de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais) para o ano de 2016, de R\$ 304.320,00 (trezentos e quatro mil trezentos e vinte reais) e oitenta e cinco centavos para o ano de 2017, uma vez que se encontrava suspensa, de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para o ano de 2018, de R\$ 304.320,00 (trezentos e quatro mil trezentos e vinte reais) e oitenta e cinco centavos para o ano de 2019, e de R\$ 156.920,00 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e vinte reais) e oitenta e cinco centavos para o ano de 2020.

PT: 00.191.0070.5570 MOD: 3250 PR: 103